

ONG criam coligao para proteger vtimas de genocdios

Nova Iorque - Um grupo de ONG anunciou quarta-feira a criao de uma nova coligao de instituies da sociedade civil internacional para impulsionar a aplicao do princpio da responsabilidade de proteger as vtimas de genocdio e crimes de lesa humanidade.

As organizaes, procedentes de cinco continentes, sustentaram, durante uma conferncia de imprensa na sede da Organizao das Naes Unidas (ONU), que a promessa adoptada pela comunidade internacional na Cimeira Mundial de chefes de Estado e de Governo de 2005 nas Naes Unidas no se concretizou.

"Foi um compromisso at agora simblico e que no se traduziu na realidade", afirmou a directora do Instituto da Sociedade Civil de rica Ocidental, Thelma Ekiyor, uma das dezenas de organizaes no governamentais (ONG) que formam a coligao.

Um dos obstculos na altura de desenvolver o princpio da responsabilidade de proteger foi a dificuldade em precisar os critrios que devem ser cumpridos na hora de invoc-lo, assinalou Ekiyor.

O documento final da Cimeira Mundial de 2005 prev a obrigao de cada governo proteger a sua populao contra o genocdio, crimes de guerra ou de lesa humanidade.

No caso de as autoridades nacionais de um pas serem incapazes ou decidirem no intervir, o Conselho de Segurana da ONU pode ordenar uma aco colectiva para responder situao, segundo a declarao.

Reconheceu que muito difcil levar prtica o princpio da responsabilidade de proteger em casos como o conflito de Darfur, no Sudo.

Uma das primeiras tarefas da coligao, insistiu Ekiyor, impulsionar a criao de um consenso a nvel internacional sobre os requisitos que devem justificar uma aco da comunidade internacional com estas caractersticas durante uma crise.

"Devem ser critrios que toda a gente conhea e com os quais toda a gente esteja de acordo", assinalou.

Com isto, evitar-se-ia alimentar a ideia equvoaca de que a responsabilidade de proteger um

instrumento idealizado pelos países ocidentais para intervir no mundo em desenvolvimento, disse o director do Instituto para uma Política Global, William Pace.

O primeiro passo nessa via o relatório sobre a matéria que o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, deve apresentar nas próximas semanas.

O documento servir de ponto de partida para a realização de uma reunião da Assembleia-Geral dedicada a este novo princípio do direito internacional.